



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ROYALTIES DO PETRÓLEO, MODELO RENTISTA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Autores: Sandra Rangel de Souza Miscali¹ e Tarcísio da Conceição Oliveira²

Instituição: Associação Raízes¹²

E-mail: sandra@neabc.org.br¹ e tarcisio@neabc.org.br

GT 08: – Energia, Sociedade e Ambiente: existe energia limpa?

Resumo

O município de Rio das Ostras, localizado na Bacia de Campos (RJ), figura historicamente entre os maiores beneficiários de royalties e participações especiais – uma matriz energética fóssil que enfrenta crescentes pressões no contexto da transição energética global. Este trabalho analisa a evolução dos repasses federativos ao município entre 2010 e 2020, com ênfase nas oscilações que caracterizam essa receita e seus impactos sobre o planejamento fiscal local. A metodologia fundamenta-se na análise documental de dados orçamentários e financeiros extraídos de bases públicas (SICONFI, ANP e TCE-RJ). Os resultados revelam alta volatilidade nos repasses, especialmente na queda da produção e em períodos de crise, comprometendo a estabilidade fiscal e evidenciando os limites de um modelo rentista ancorado em recursos não renováveis. O estudo contribui para o debate sobre justiça intergeracional, vulnerabilidade territorial e os desafios da transição energética justa.

Palavras-chave: Royalties do petróleo; Dependência fiscal; Transição energética; Rio das Ostras; Bacia de Campos.

Destaques (highlights)

- Análise de 10 anos de repasses de royalties e participações especiais.
- Identificação de alta volatilidade e impacto fiscal em Rio das Ostras.
- Discussão sobre dependência de recursos fósseis e riscos à sustentabilidade.
- Conexão entre vulnerabilidade fiscal e justiça na transição energética.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INTRODUÇÃO

A economia de diversos municípios brasileiros apresenta elevada dependência das receitas vinculadas à exploração de petróleo, especialmente por meio de royalties e participações especiais. Essa estrutura é resultado de um modelo fiscal que insere as administrações locais em dinâmicas extrativas marcadas por fatores externos, como o preço internacional do barril e o volume de produção em campos específicos.

Rio das Ostras, localizado na Bacia de Campos (RJ) – uma das mais antigas regiões produtoras do país, cuja maturidade operacional e declínio produtivo gradual vêm sendo apontados como fatores de redução no fluxo de receitas compensatórias para os entes subnacionais – se destaca no recebimento de receitas petrolíferas em seu orçamento público. A trajetória de arrecadação entre 2000 e 2020 permite observar a centralidade dessa fonte e suas consequências para o planejamento orçamentário. A análise dos dados evidencia ciclos de expansão e retração, com impactos diretos sobre a capacidade do município de manter políticas públicas em contextos de queda da arrecadação.

Esse padrão insere o município em um modelo rentista, cujas limitações são amplamente discutidas na literatura crítica da economia política. A volatilidade das receitas oriundas de recursos não renováveis reforça situações de vulnerabilidade fiscal e condiciona o desenvolvimento local à dinâmica de uma commodity sujeita a fatores alheios ao controle municipal.

A atual transição energética, com a tendência de redução da demanda por combustíveis fósseis e a reestruturação das matrizes energéticas, amplia os desafios para municípios dependentes da renda do petróleo. Nesse contexto, torna-se necessário discutir não apenas os efeitos econômicos da redução das receitas, mas também as implicações para a justiça fiscal, ambiental e intergeracional.

O objetivo deste artigo é analisar a evolução das receitas de royalties e participações especiais recebidas por Rio das Ostras entre 2010 e 2020, destacando os efeitos da volatilidade sobre as finanças municipais e discutindo os limites do modelo rentista diante da transição energética. O trabalho está ancorado na teoria crítica, com ênfase nas abordagens sobre dependência, justiça energética e os conflitos territoriais que emergem no processo de reconfiguração das políticas de desenvolvimento.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

METODOLOGIA

O estudo utiliza abordagem qualitativa com base na teoria crítica, especialmente na crítica da economia política e nas formulações sobre justiça energética. A investigação considera que a análise das receitas oriundas do petróleo deve incorporar os elementos estruturais da dependência econômica e da centralidade dos recursos naturais nas finanças públicas locais.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental de fontes secundárias disponíveis em bases públicas, como o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP). O recorte temporal abrange o período de 2010 a 2020.

Foram observados o volume de repasses recebidos pelo município de Rio das Ostras, a participação percentual dessas receitas na arrecadação total e os efeitos de variações conjunturais, como oscilações nos preços internacionais do petróleo, alterações na produção e mudanças regulatórias.

A análise busca interpretar esses dados à luz de categorias da teoria crítica, como a “maldição dos recursos” (Auty, 1993), “doença holandesa” (Bresser-Pereira, 2012) e os limites do modelo rentista. Também se articula com a noção de transição energética, problematizando os impactos desiguais da descarbonização sobre territórios cuja economia é sustentada por recursos fósseis (Newell & Mulvaney, 2013; Healy & Barry, 2017). A metodologia integra análise empírica e interpretação teórica, com foco na relação entre dependência fiscal, concentração de renda e os desafios da transição energética.

RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Evolução Histórica das Receitas Petrolíferas

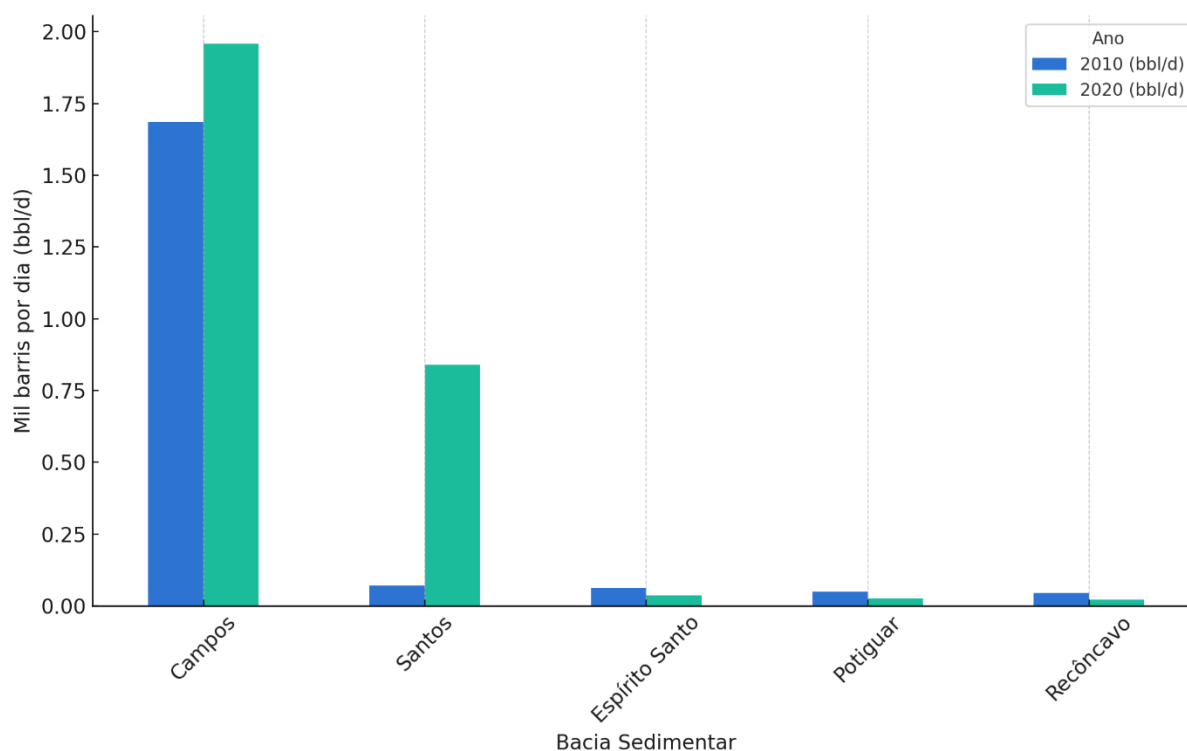
A trajetória dos repasses federativos relacionados à exploração de royalties e participações especiais recebidos por Rio das Ostras, município localizado na Bacia de Campos (RJ), entre 2000 e 2020 revela a centralidade dessas transferências na economia local, bem como os riscos estruturais associados à sua volatilidade.

Embora este estudo não realize uma análise direta dos dados de produção da Bacia de Campos, evidências disponíveis na literatura técnica e nos boletins da ANP sugerem um declínio progressivo na produtividade dos campos maduros dessa região ao longo da última



década. Tal dinâmica repercute diretamente sobre os repasses de royalties aos entes municipais, uma vez que a base de cálculo dessas transferências está atrelada à produção e ao valor de mercado do barril.

Gráfico 1- Produção de petróleo nas principais bacias (bbl/d) – 2010 x 2020



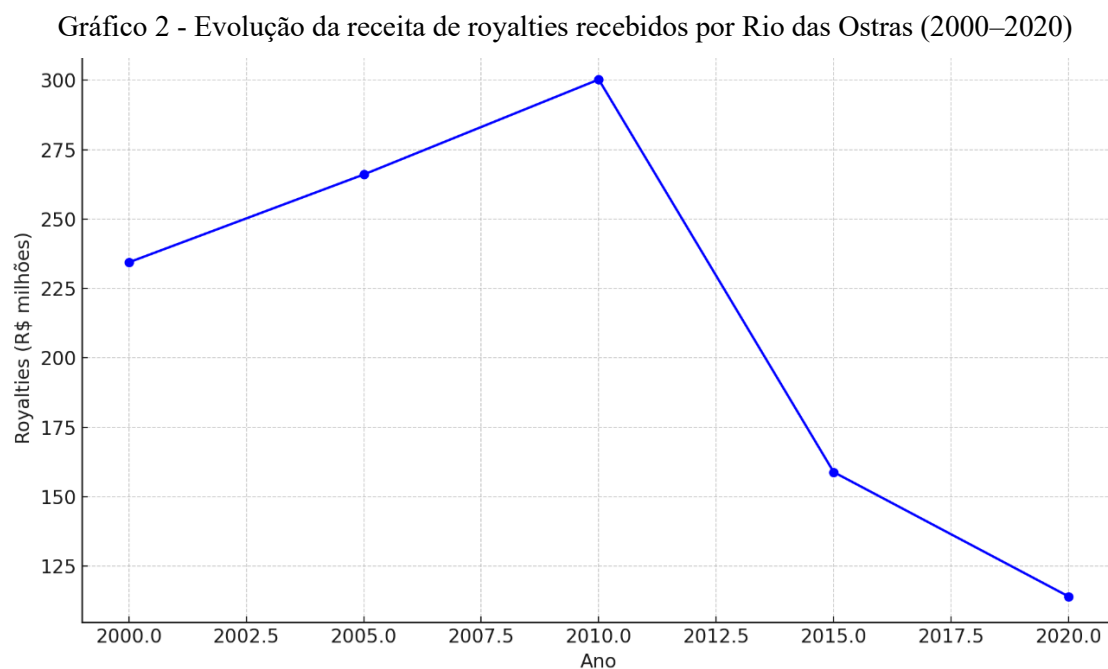
Fonte: Adaptado de ANP, 2025

Na década passada, a Bacia de Campos chegou a ser responsável por mais de 80% da produção de petróleo no país (CRUZ, 2003). Todavia, com a descoberta do pré-sal em 2005 e o declínio de produção dos campos maduros, anunciada pela empresa em 2012, a Bacia de Santos assume a dianteira dos resultados de produção em comparação às demais (Gráfico 1).

Além da queda na produção dos campos maduros na Bacia de Campos, a diminuição das compensações petrolíferas recebidas pela união, estados e municípios também foi decorrente da crise mundial de 2014. Com a redução do valor do barril (de US\$ 100/barril com queda até US\$ 35/ barril), a crise econômica e a política nacional aliada à operação “Lava Jato”, muitos projetos foram cancelados, adiados ou tiveram seu escopo reduzido.



Entre outros, esses cenários afetam diretamente as receitas dos municípios rentistas, conforme ilustrado no Gráfico 2, o município vivenciou um crescimento contínuo até 2010, quando os repasses de royalties e participações especiais atingiram o pico de R\$ 300,3 milhões. A partir desse ponto, observou-se um declínio expressivo: R\$ 158,9 milhões em 2015 e apenas R\$ 114 milhões em 2020 — uma queda superior a 60% em relação ao valor máximo registrado.



Fonte: SICONFI e TCE-RJ, 2025

Essa curva descendente não pode ser interpretada apenas como uma flutuação conjuntural. Trata-se da expressão de uma fragilidade estrutural: a dependência fiscal de uma commodity sujeita a ciclos econômicos globais e eventos geopolíticos. Fatores como a queda na produção, no preço internacional do petróleo a partir de 2014 e a redução na demanda durante a pandemia da COVID-19 contribuíram para a retração dos repasses, evidenciando a vulnerabilidade de Rio das Ostras a variáveis fora de seu controle institucional.

A trajetória observada evidencia a volatilidade das receitas oriundas do petróleo e a fragilidade da dependência fiscal baseada em recursos naturais não renováveis. Conforme apontam Viana Cruz (2014), essa condição insere os municípios em uma lógica rentista, na qual os ciclos de abundância e escassez comprometem a sustentabilidade orçamentária e limitam o planejamento de longo prazo.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A literatura crítica da economia política classifica esse tipo de inserção como característica de um modelo rentista periférico (Auty, 1993), no qual a abundância de recursos naturais, ao invés de induzir ao desenvolvimento, compromete a sustentabilidade fiscal de longo prazo. A curva apresentada no Gráfico 2 aponta os riscos de se ancorar o orçamento municipal em fontes não renováveis e instáveis.

Enquanto países produtores implementaram fundos soberanos, mecanismos anticíclicos e estratégias de diversificação produtiva para mitigar os efeitos das flutuações de receitas, como nos casos da Noruega e do Canadá, o Brasil ainda carece de uma política robusta de governança local dos royalties. A ausência de instrumentos de estabilização fiscal em municípios como Rio das Ostras intensifica os impactos das crises no setor petrolífero, limitando a capacidade de planejamento, investimento público e manutenção de serviços essenciais.

A análise da evolução histórica das receitas, portanto, confirma não apenas a centralidade dos royalties na estrutura orçamentária municipal, mas também a urgência de repensar os mecanismos de gestão desses recursos à luz dos desafios impostos pela transição energética e pelas exigências de justiça fiscal e intergeracional.

4.2 Participação dos Royalties na Receita Municipal (2000–2020)

A análise da participação percentual das receitas de royalties e participações especiais na arrecadação total de Rio das Ostras revela uma trajetória de queda acentuada entre 2000 e 2020. Em 2000 e 2005, esses repasses representavam, respectivamente, 73% e 74% do total arrecadado pelo município, demonstrando uma altíssima dependência fiscal da renda petrolífera. Em 2010, esse percentual caiu para 59%, chegando a 26% em 2015 e apenas 17% em 2020.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE

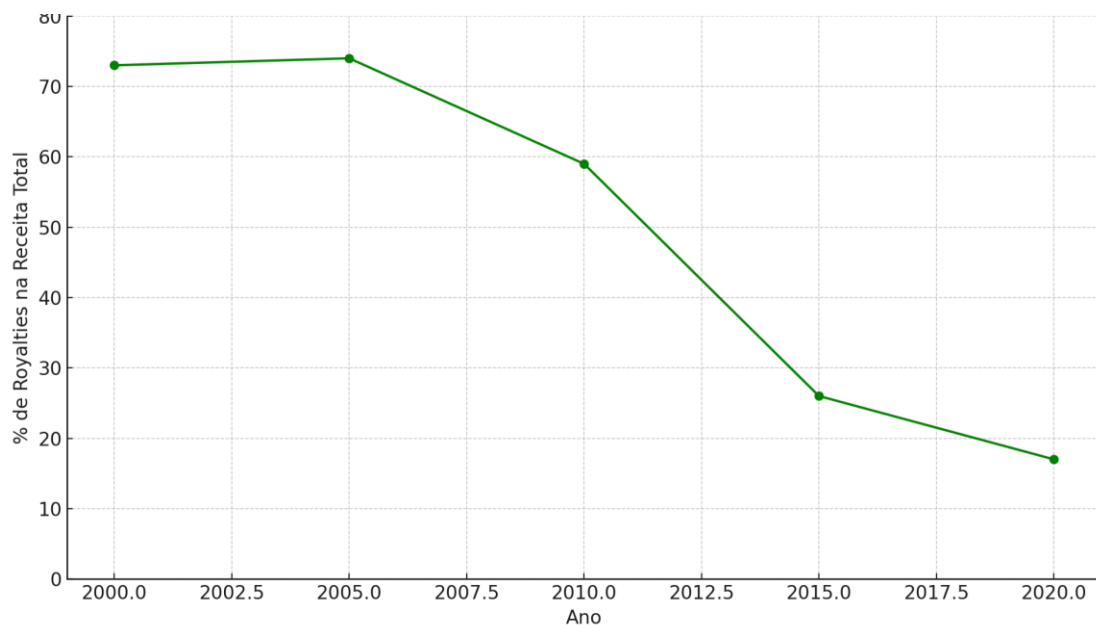


Financiamento:





Gráfico 3. Percentual da receita de royalties da receita total de Rio das Ostras (2000–2020)



Fonte: SICONFI e TCE-RJ, 2025

Essa queda, não se traduz em diversificação das fontes de receita, mas reflete o colapso progressivo da principal base fiscal do município. Não houve, no período analisado, uma substituição efetiva das receitas perdidas por outras fontes econômicas estruturantes. O que se observou foi a retração abrupta de uma fonte dominante, sem que fossem implementadas políticas de reconversão produtiva, aumento da arrecadação própria ou atração de novas atividades econômicas sustentáveis.

A trajetória percentual descendente evidencia um fenômeno já amplamente descrito na literatura crítica: a armadilha da dependência de rendas extrativistas. A concentração de receitas em uma única fonte, instável por natureza, compromete a resiliência do território frente a choques externos. A ausência de instrumentos fiscais anticíclicos e a limitação institucional para diversificar a economia local tornam o município vulnerável não apenas do ponto de vista financeiro, mas também político e social.

Esse padrão insere Rio das Ostras no que Bresser-Pereira (2012) denomina de "doença holandesa", uma condição em que a abundância de recursos naturais, ao invés de alavancar o desenvolvimento, promove distorções econômicas, desindustrialização e fragilidade institucional. A perda da centralidade dos royalties, sem compensação por receitas



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

próprias, representa, assim, um risco iminente à capacidade do município de manter políticas públicas contínuas e de qualidade.

Do ponto de vista comparativo, municípios em contextos semelhantes ao de Rio das Ostras, tanto no Brasil quanto em outros países da periferia econômica, enfrentam desafios equivalentes, mas com distintos graus de resposta institucional. A ausência de fundos de equalização locais, planos de médio e longo prazo ou políticas federativas de compensação agrava ainda mais o quadro de instabilidade.

Portanto, os dados evidenciam a retração da participação dos royalties na receita municipal e indicam a falência de um modelo de financiamento público baseado exclusivamente em recursos não renováveis. Essa constatação reforça a urgência de uma reestruturação do pacto federativo e da adoção de instrumentos de transição econômica, especialmente diante do avanço do processo de descarbonização da economia global.

4.3 Vulnerabilidade Fiscal e Justiça na Transição Energética

A vulnerabilidade fiscal de Rio das Ostras, revelada pela oscilação nas receitas oriundas da exploração de petróleo, ganha contornos ainda mais críticos quando observada à luz do atual processo de transição energética. A dependência estrutural de uma fonte de renda não renovável, instável e sujeita a fatores exógenos insere o município em uma posição de risco diante do declínio progressivo da demanda por combustíveis fósseis no cenário global.

As oscilações nos repasses federativos, já evidentes em 2015 e 2020, comprometem a previsibilidade orçamentária, dificultando a implementação de políticas públicas contínuas e a garantia de direitos sociais básicos. Esse quadro não é episódico, mas sim estrutural. A principal fonte de arrecadação municipal está subordinada à volatilidade dos mercados internacionais e à dinâmica regulatória da indústria de óleo e gás, o que impede qualquer tentativa de planejamento de médio ou longo prazo em bases estáveis.

A transição energética, processo necessário para a mitigação das mudanças climáticas e para a descarbonização das economias, tende a intensificar esse cenário de instabilidade. Com a reconfiguração das matrizes energéticas e a progressiva substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis, municípios como Rio das Ostras correm o risco de perder sua base arrecadatória sem dispor de mecanismos adequados de adaptação.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Nesse contexto, a literatura sobre justiça energética (Jenkins et al., 2016; Sovacool et al., 2021) é fundamental para compreender como os efeitos da transição são distribuídos de forma desigual entre os territórios. Regiões altamente dependentes da economia fóssil tendem a concentrar os riscos sociais e institucionais desse processo, ao mesmo tempo em que enfrentam as maiores barreiras para acessar os benefícios de uma economia de baixo carbono.

No caso brasileiro, essa leitura é aprofundada por autores como Acsehrad (2009) e Porto (2004), que discutem a injustiça ambiental como uma forma de exclusão territorial e institucional histórica. Os territórios periféricos, como municípios da Bacia de Campos, foram incorporados à lógica extrativa com baixos níveis de autonomia e planejamento. Agora, enfrentam o desafio de reorganizar sua economia sob novas bases, sem que o Estado lhes ofereça suporte técnico, financeiro ou regulatório suficiente.

A experiência de Rio das Ostras é, portanto, emblemática de um problema maior: a ausência de políticas nacionais que garantam uma transição energética justa, com redistribuição de riscos, compensação de perdas e fortalecimento da capacidade institucional dos territórios mais vulneráveis. Essa transição não deve ser apenas tecnológica ou ambiental, mas sobretudo social e territorialmente equitativa. Sem isso, corremos o risco de reproduzir, e até aprofundar, as desigualdades históricas entre os centros e as periferias do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória dos repasses de royalties e participações especiais recebidos por Rio das Ostras entre 2000 e 2020 permitiu demonstrar, de forma empírica, os limites do modelo rentista que ainda estrutura parte do financiamento público nos municípios produtores de petróleo do Brasil. Os dados evidenciam um padrão de alta volatilidade das receitas, acentuado por choques externos, como a queda na produção, a crise do petróleo em 2015 e a pandemia de COVID-19 em 2020, e intensificado pelas transformações globais associadas à transição energética.

A queda expressiva na participação dos royalties na arrecadação municipal, sem compensação por outras fontes de receita, confirma o esgotamento de um modelo baseado na dependência de uma commodity não renovável e sujeita à lógica global do mercado. Esse cenário compromete a sustentabilidade fiscal, agrava desigualdades territoriais e revela a



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ausência de políticas federativas eficazes para apoiar a reconversão econômica de territórios extrativistas.

Ao articular os dados com o referencial teórico da economia política crítica e das abordagens de justiça energética, o estudo mostra que os riscos da transição para uma matriz energética mais limpa são desigualmente distribuídos. Municípios como Rio das Ostras, inseridos de forma periférica na cadeia da energia fóssil, enfrentam não apenas a perda de receitas, mas barreiras institucionais para acessar os instrumentos e recursos da economia de baixo carbono.

A superação dessa vulnerabilidade exige mais do que gestão fiscal local: requer uma estratégia nacional que reconheça os passivos históricos acumulados nesses territórios, promova instrumentos de compensação e redistribuição e fortaleça capacidades institucionais para planejar o futuro além do petróleo. A transição energética não pode reproduzir os padrões de exclusão do passado; ela deve ser também uma transição democrática, intergeracional e territorialmente justa.

REFERÊNCIAS

AUTY, Richard M. *Sustaining development in mineral economies: the resource curse thesis*. London: Routledge, 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, p. 100–114, 2012.

CRUZ, Viana. Impactos dos royalties do petróleo nos municípios da Bacia de Campos. *Revista Parcerias Estratégicas*, v. 18, p. 87–109, 2003.

HEALY, Noel; BARRY, John. Politicizing energy justice and energy system transitions: fossil fuel divestment and a "just transition". *Energy Policy*, v. 108, p. 451–459, 2017.

JENKINS, Kirsten; McCAULEY, Darren; HEFFRON, Raphael J.; STEPHAN, Hannes; REHNER, Robert. Energy justice: a conceptual review. *Energy Research & Social Science*, v. 11, p. 174–182, 2016.

NEWELL, Peter; MULVANEY, Dustin. The political economy of the "just transition". *The Geographical Journal*, v. 179, n. 2, p. 132–140, 2013.

PORTO, Marcelo Firpo. *Injustiça ambiental, saúde coletiva e sustentabilidade: um estudo sobre riscos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

SZKLO, Alexandre; LUCENA, André F. P. *Política energética no Brasil: os desafios da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOVACOOOL, Benjamin K. et al. Decarbonization and its discontents: a critical energy justice perspective. *Energy Policy*, v. 149, p. 112000, 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. *Boletim da produção de petróleo e gás natural*. Disponível em: <https://www.gov.br/anp>. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. Tesouro Nacional. *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI*. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE-RJ. *Dados de contas municipais*. Disponível em: <https://www.tcerj.tc.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

